

Sumário

Prefácio	1
1 Introdução	7
2 A relação entre Processo Judicial, Democracia e Tempo	11
2.1 Teoria imanentista.....	12
2.2 A autonomia do direito processual.....	13
2.3 Processo como situação jurídica	16
2.4 Teoria estruturalista — o contraditório efetivo	18
2.5 O instrumentalismo.....	22
2.6 O modelo constitucional de processo.....	25
2.7 O processo constitucional democrático	29
2.8 A jurisdição contramajoritária	34
2.9 O Tempo e a defesa de direitos processuais.....	37
2.9.1 Neoliberalismo.....	37
2.9.2 Duração razoável do processo e um conceito construtivo de tempo	39
3 O processo de inventário	45
3.1 Descortinando o cenário pré-inventário.....	45
3.1.1 O tempo do luto	49
3.1.2 A morte do empresário.....	52
3.1.3 A intervenção do Estado nas relações familiares e a afetividade.....	54
3.2 O rito do processo de inventário	60
3.3 Os pontos de litígio no processo de inventário	63
3.4 As lacunas no processo de inventário.....	65
3.5 A instituição de condomínio compulsório	69

3.6 Os meios consensuais.....	72
3.6.1 Os meios consensuais no rito do inventário.....	74
3.6.2 A audiência de mediação no inventário.....	76
4 A implantação de instrumentos democráticos no curso do inventário	79
4.1 Atuais ferramentas legais de contenção do litígio no inventário.....	82
4.2 As ferramentas democráticas.....	85
4.2.1 Pedido de quinhão e a antecipação da ocupação de um bem.....	85
4.2.2 Partilha amigável e herdeiros incapazes.....	87
4.2.3 A função promocional da partilha.....	89
4.2.4 A mediação	93
4.2.4.1 Cláusula de mediação e cláusula arbitral em testamento	97
4.2.4.2 Negócios processuais	99
5 O processo deliberativo democrático de elaboração da partilha.....	103
5.1 Teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas	105
5.2 Teoria do conceito procedimental de Democracia de Jürgen Habermas	107
5.3 Racionalidade, vieses e escolhas.....	111
5.3.1 O custo de oportunidade	113
5.3.2 O custo afundado.....	115
5.3.3 Aversão ao risco e à perda.....	116
5.3.4 Viés de confirmação	117
5.3.5 Ancoragem.....	118
5.4 A racionalidade na partilha	119
5.4.1 A obrigatoriedade da realização de audiências de mediação.....	122
5.4.2 Os dados numéricos relativos a tempo de tramitação e sentenças homologatórias de acordos.....	127
5.4.3 Os dados numéricos alusivos à proporção de audiências sobre o acervo processual nas varas de família (1ª a 5ª) e nas varas de sucessões (1ª a 5ª) na comarca de Fortaleza - CE	130

5.4.4 Casos práticos de destaque	133
5.4.5 A audiência sucessória em legislações estrangeiras	136
5.4.6 A audiência sucessória como espaço discursivo para racionalidade.....	139
6 Conclusão	141
Referências	147